



IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO GONÇALO/RJ

Impacts of covid-19 pandemic on childhood education in São Gonçalo/RJ

Maria Tereza Goudard **TAVARES**
Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
São Gonçalo, Brasil
mtgtavares@yahoo.com
<https://orcid.org/0000-0002-9856-5098> 

Fabiana Nery de Lima **PESSANHA**
Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
São Gonçalo, Brasil
pessanhafabi@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3523-4950> 

Nayara Alves **MACEDO**
Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
São Gonçalo, Brasil
nayara_macedo@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-7700-2387> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O presente artigo busca problematizar e provocar reflexões acerca dos impactos da pandemia do coronavírus na Educação Infantil destinada às crianças pequenas das classes populares que vivem em periferias urbanas da cidade de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Diante do cenário pandêmico e do isolamento social decretado, que implicou no fechamento de creches e pré-escolas, urge interrogar sobre a presença (in)visível de crianças pequenas em São Gonçalo. Do ponto de vista metodológico, trazemos a *dúvida como método* (GARCIA, 2009) a partir de questões que se intensificam num tempo de incertezas e rompimento de vínculos. Acreditamos que problematizar os impactos da pandemia na vida de crianças pequenas, nos remete ao desafio de investigar que potenciais conhecimentos decorrentes da pandemia do coronavírus podem mobilizar reflexões e práticas favoráveis à educação e ao cuidado das referidas crianças, trazendo questões e ponderações que possam contribuir para um melhor acolhimento e educação das crianças pequenas nas creches e pré-escolas públicas do município.

PALAVRAS-CHAVE: Infâncias na cidade. Impactos da covid-19. Educação Infantil. Isolamento social.

ABSTRACT

The aim of this article is to discuss and encourage reflection upon the impacts of the corona virus pandemic in early childhood education for working-class children who live in peripheral urban areas in the city of São Gonçalo, in Rio de Janeiro's Metropolitan Area (RJMA). In face of the pandemic scenery and the imposed social distancing, which resulted in the closing down of day care centers and kindergartens, it is required that the presence of (in)visible small kids in São Gonçalo be debated. From the methodological point of view, we bring doubt as a method (GARCIA, 2009) from questions that are intensified in times of uncertainty and the breakage of ties. We believe that discussing the impacts of the pandemic in the life of small children refers us to the challenge of investigating which potential knowledge, due to the corona virus pandemic, can mobilize reflection and practices that are favorable to the education and care of the kids referred to, raising questions and considerations that can contribute to a better acceptance and education of small children in nursery schools and public pre-schools in the city.

KEYWORDS: Childhoods in the city. Impacts of covid-19. Early childhood education. Social distancing.

INTRODUÇÃO

É difícil compreender como no vasto mundo falta espaço para os pequenos.
(Carlos Drummond de Andrade, 1985)

Em diálogo com a epígrafe acima, nos interrogamos sobre o espaço dos *pequenos* em tempos de pandemia do coronavírus. Em tempos de tantas incertezas, face o isolamento social iniciado em 16 de março de 2020, vimos nos perguntando sobre a presença ruidosa das crianças na cidade. Como num passe de mágica, num tipo de encantamento, as crianças parecem ter desaparecido, sumiram das ruas, das calçadas, das praças, dos playgrounds, dos portões de entrada das creches e pré-escolas, das feiras livres e outros lugares da cidade, permanecendo isoladas e encerradas em suas casas, apartamentos, barracos, moradias inúmeras vezes precárias e com grande adensamento social, compartilhando o espaço com muitas pessoas, entre adultos, idosos e outras crianças.

Com o avanço avassalador da covid-19, é importante assinalar que as creches e pré-escolas, instituições educativas de modo geral, continuam fechadas, como forma de prevenção e combate à pandemia e a sua terrível propagação. Diante desse cenário, faz-se necessário problematizar e provocar reflexões acerca de como vem se produzindo a vida cotidiana, as diferentes *táticas* (CERTEAU, 1994) pelas quais crianças de creches e pré-escolas públicas vem lançando mão no período da pandemia. Para tanto, intencionamos colocar em diálogo como vem se dando as atuais condições de vida cotidiana das crianças pequenas das classes populares, que vivem nas periferias da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ), buscando mobilizar pensamentos e práticas favoráveis à educação e ao cuidado dessas crianças.

No Brasil, os dados do Ministério da Educação (MEC) relativos a junho de 2020 indicam a suspensão das atividades presenciais em todas as redes escolares, tanto públicas quanto privadas, nos 26 estados e no Distrito Federal. Segundo dados do Censo Escolar de 2019, seriam quase 9 milhões de crianças matriculadas na Educação Infantil (creches e pré-escolas) nas redes públicas e privadas em todo o país (INEP, 2019), ou seja, muitas crianças de 0 a 5 anos de idade afetadas diretamente pelo cenário descrito. Nesse contexto de tantas incertezas e rompimento de vínculos, perguntamos: E as crianças pequenas das periferias urbanas fluminenses, como estão vivendo esses

tempos? O que estão fazendo e como estão usando os tempos da vida cotidiana durante o isolamento social forçado?

O cotidiano vivenciado por muitas famílias e crianças das periferias metropolitanas fluminenses, como o adensamento populacional em suas favelas e bairros populares, coloca em xeque a aplicação das determinações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e das próprias Secretarias de Saúde locais, em face da pandemia da covid-19. Dados organizados pela ONG “Casa Fluminense”, a partir do Censo de 2010 (IBGE), apontam que cerca de 300 mil casas na RMRJ têm mais de 3 pessoas por cômodo. E que em termos de moradia, a RMRJ concentra o maior número de adensamento populacional do país. Além disso, há pouco menos de 6 meses, o Estado do Rio de Janeiro sofreu uma gravíssima crise hídrica de abastecimento e qualidade da distribuição de água, piorando substancialmente os índices de saneamento básico, especialmente nas favelas e bairros das periferias urbanas.

Para complexificar as condições e qualidade de vida no Estado, o Rio de Janeiro apresenta ainda, um dos piores índices de acesso à saneamento básico, ao passo que no ranking das cidades com piores condições de saneamento básico do Brasil, 5 cidades do Estado estão entre as piores do país, todas concentradas na RMRJ (CASA FLUMINENSE, 2020).

Por outro lado, o direito à vida e à segurança nas regiões metropolitanas densamente povoadas tem sido um outro dificultador das condições de isolamento social dos moradores das periferias urbanas no Estado do Rio de Janeiro. O caso do assassinato do menino João Pedro Matos Pinto¹ (O SÃO GONÇALO, 2020), dentro da casa de familiares, no complexo de favelas do Salgueiro, em São Gonçalo, expõe de maneira visceral como crianças e jovens pobres, majoritariamente negros e negras, estão vulneráveis à escalada da violência, principalmente nas operações policiais realizadas de forma letal, em favelas e bairros populares.

Outro aspecto marcante dos desafios das camadas populares, fortemente agravado com a pandemia da covid-19, é a situação de mulheres, mães, trabalhadoras e chefes de famílias, as quais se encontram mais vulneráveis e expostas às situações de desigualdade social e econômica. Isso revela o agravante do recorte de gênero, que é altamente atingido por essas desigualdades, cuja concentração está nas periferias das regiões metropolitanas brasileiras. Um grande contingente dessas mulheres está

¹ João Pedro foi morto no dia 18 de maio de 2020, com um tiro nas costas, durante uma operação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo. Segundo laudo da Polícia Civil do Rio de Janeiro, um tiro de fuzil calibre 5,56, mesmo utilizado pela PM durante a operação, perfurou o corpo do adolescente. Segundo testemunhas, mais de 70 tiros atingiram a residência do jovem. (O SÃO GONÇALO, 2020).

centralizado em domicílios com presença de crianças pequenas, se constituindo, na maioria das vezes, como as principais e mais prováveis responsáveis pela renda familiar e pelo cuidado das crianças.

Mais especificamente, ao refletir sobre as condições da vida cotidiana das crianças com as quais trabalhamos nas instituições de Educação Infantil da cidade de São Gonçalo, urge problematizarmos as condições concretas nas quais elas estão realizando o isolamento social, mediante o imperativo do fechamento das creches e pré-escolas. É importante ressaltar que São Gonçalo faz parte da RMRJ, segunda maior área metropolitana do país, apresentando no contexto da pandemia, um expressivo número de óbitos e infecções pela covid-19.

Segundo o Painel de Controle da covid-19 elaborado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES), São Gonçalo apresenta o total de 8.417 casos confirmados da doença e 587 mortes, até a data de 31 de julho de 2020. Com relação às crianças de até 10 anos de idade, o painel mostra que existem, até a mesma data, 84 casos confirmados da doença em meninas e 94 em meninos, totalizando 178 casos confirmados. O painel mostra, ainda, o total de 3 óbitos de crianças na mesma faixa etária, até 10 anos (RIO DE JANEIRO, 2020). Segundo o jornal local, *O São Gonçalo* (2020), o Jardim Catarina é o bairro da cidade com maior incidência de casos da doença, chegando a 856 confirmações, cabendo ressaltar que a localidade é acometida por muitas desigualdades socioeconômicas e espaciais que a tornam bastante susceptível à propagação do vírus, entre os seus habitantes.

Talvez, neste momento em que milhares de famílias, de crianças e de professores/as estão em casa, cabe a pergunta: E as crianças gonçalenses, como garantir-lhes protocolos sanitários de proteção e de prevenção ao vírus, num cenário como o acima descrito? Qual a importância das creches e pré-escolas para as crianças pequenas, familiares e profissionais que atuam na Educação Infantil? Ou, ainda: que sentidos são construídos, por familiares de crianças das camadas populares, a partir da garantia do direito à Educação Infantil aos seus filhos pequenos, conforme já nos alertava Pessanha (2017), em seus estudos?

No atual contexto de fechamento de creches e pré-escolas, em que muitos sistemas educacionais têm fomentado o planejamento e a disponibilização de atividades remotas como meio de contato com as crianças e suas famílias, perguntamos: quais os sentidos de tais atividades para as crianças pequenas, especialmente, em contextos de desigualdade e, muitas vezes, de exclusão no acesso às tecnologias digitais de informação? A formulação desta pergunta se torna relevante diante dos dados do

Comitê Gestor da Internet no Brasil² (CGI.br) e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) (BRASIL, 2020), que revelam que a grande maioria dos usuários das camadas populares possuem limites, em geral, bastante restritos de tráfego de dados.

As questões acima elencadas tangenciam o presente artigo, cuja premissa é de que as instituições educativas voltadas à pequena infância, juntamente com familiares e professoras (es), são fundamentais para pensar processos educativos a contrapelo (TAVARES, 2019) e que possam se nutrir da *dúvida como método* (GARCIA, 2009). E por isso mesmo, em um momento tão dramático, torna-se relevante e inadiável refletir sobre as atuais condições e circunstâncias de construção e educação da pequena infância, a partir da suspensão do cotidiano das creches e pré-escolas e do consequente isolamento de suas experiências de construção de conhecimentos nos espaços privados de suas famílias.

INFÂNCIAS, FAMÍLIAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NAS PERIFERIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ

"Que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus?"
(Boaventura de Sousa Santos, 2020)

O momento histórico diante da profunda crise que combina o ineditismo da pandemia com o impacto socioeconômico, ainda imprevisível, parece abrir diante de nós a possibilidade de uma janela histórica de transformações, compreendida como um período em que se vislumbram possibilidades de potenciais conhecimentos, como sugere a epígrafe extraída de nosso diálogo com Santos (2020).

Relançamos, então, a pergunta formulada pelo autor: "Que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus?". Uma questão nova? Uma questão latente? Na busca por potenciais conhecimentos decorrentes do ineditismo e dos paradoxos que a crise nos coloca, tentamos visibilizar um vasto grupo para o qual as consequências da covid-19 são, particularmente, desafiadoras: as famílias e crianças das camadas populares, residentes no município de São Gonçalo/RJ que, em grande parte, vivenciam uma especial vulnerabilidade que não apenas antecede a crise pandêmica, como também se agudiza com ela.

² O Comitê Gestor da Internet Brasil foi criado pela portaria interministerial de nº 147, de 31 de maio de 1995 e alterado pelo Decreto presidencial Nº 4.829, de 3 de setembro de 2003. (CGI.br, 2003).

Propomo-nos a problematizar a quarentena e o fechamento das creches e pré-escolas, lançando visibilidade a um conjunto de precarizações vivenciadas por boa parte das famílias e das crianças das camadas populares gonçalenses. As condições de moradia, de trabalho e renda, de acesso à informação, à saúde, à educação, dentre outras, são aspectos cuja problematização e debate, consideramos de extrema relevância, sobretudo, se o nosso foco analítico se dirige às crianças pequenas na cidade.

Com relação às condições de moradia – que se colocam como um elemento importantíssimo – de muitas famílias residentes no município de São Gonçalo, diante das imposições e limitações da quarentena domiciliar, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 20% dos domicílios gonçalenses não dispunha de esgotamento sanitário adequado, no ano de 2010, o que permite a caracterização da cidade como um município bastante vulnerável, do ponto de vista de salubridade, evidenciando as condições precárias em que vive parte de sua população. Em paralelo ao saneamento básico e condições de moradia inadequados, registra-se que, em 2018, o percentual de gonçalenses que residia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo, por pessoa, chegava a quase 35%, o que o coloca na 49ª posição, dentre as 92 cidades do Estado (IBGE, 2020).

Às precárias condições financeiras dessas famílias, residentes em domicílios com baixa renda *per-capta*, é acrescido um quadro crítico em relação ao mercado de trabalho. Segundo o IBGE, em 2018, a proporção de trabalhadores gonçalenses ocupados em relação à população total do município era de 11.3%, totalizando 121.708 pessoas, em valores absolutos. Vale ressaltar que a população estimada em São Gonçalo, para o ano de 2019, foi de mais de 1 milhão de habitantes, mais precisamente, 1.084.839 pessoas, o que nos leva a assinalar o agravamento do contrastante número de trabalhadores gonçalenses, em idade produtiva que, de acordo com os dados pesquisados, possivelmente, encontram-se fora do mercado de trabalho formal (IBGE, 2020).

No conjunto dos sujeitos das camadas populares gonçalenses, damos destaque às mulheres, que despontam como o grupo social e de gênero, além das crianças pequenas, mais vulnerável aos impactos da pandemia. De acordo com estudos realizados por Tonucci Filho *et al.* (2020), os domicílios mais afetados pelas desigualdades socioeconômicas e espaciais brasileiras são os que normalmente concentram alta proporção de mães adolescentes e solteiras. Essas mães desempenham o papel de chefes de família, revelando o agravante dos recortes de

gênero e geracional, que são altamente atingidos pelas desigualdades econômicas e socioespaciais, e que estão concentrados nas regiões metropolitanas brasileiras.

Nesse contexto, destacamos que, a despeito da política de auxílio emergencial implantada pelo governo federal, que prevê, durante três meses, prorrogados por mais dois³, a transferência monetária no valor de 1.200 reais às mulheres, chefes de família, com filhos menores, incluindo mães adolescentes, uma grande parcela desse grupo ainda não havia conseguido cobertura em tal política, no momento da escrita deste artigo. Segundo Costa (2020), dados da Caixa Econômica Federal (CF) revelam que o benefício foi negado a milhões de brasileiros, apesar de muitos deles atenderem aos requisitos exigidos.

De acordo com matéria recentemente publicada⁴, "as mulheres representam quase nove em cada dez trabalhadores - ocupados ou buscando emprego - que vivem completamente sozinhos com seus filhos menores de 14 anos, no país" (MACHADO *et al.* apud FRAGA, 2020). Nesse grupo, que representa 54% da força de trabalho feminina, as negras e pardas equivalem a 64% das trabalhadoras que são "mães solo". A pesquisa mostra que 44% da força de trabalho - que inclui profissionais ocupados ou buscando emprego - está concentrada em domicílios com presença de crianças menores de 14 anos de idade (FRAGA, 2020).

Ainda de acordo com as pesquisadoras da Fundação Getúlio Vargas, "em qualquer recorte que inclua domicílios com crianças sem a presença de ambos os pais, há mais mulheres como as principais responsáveis pela renda do que homens" (MACHADO *et al.* apud FRAGA, 2020). Segundo elas, mesmo havendo outros trabalhadores na residência, a principal e mais provável responsável pela renda coletiva nas famílias das camadas populares, com presença de crianças pequenas, é uma mulher, seja a mãe, avó, tia ou irmã mais velha. Essa maior expressividade e, conseqüentemente, maior vulnerabilidade das mães trabalhadoras, responsáveis por seus filhos pequenos, muito provavelmente retrata a realidade de muitos domicílios populares gonçalenses

³ Registra-se que o Governo Federal anunciou a extensão, por mais dois meses - duas parcelas - para a transferência do Auxílio Emergencial. A primeira parcela foi transferida no mês de abril, aos primeiros beneficiários do Programa. O auxílio é destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos, desempregados e trabalhadores de baixa renda, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial, no valor de 600 reais, neste período de pandemia de Covid-19, aos trabalhadores que perderam renda. O decreto 10.412, que prorroga o benefício, foi assinado no dia 30 de junho pelo presidente da República e publicado, no dia 1º de julho de 2020, no Diário Oficial da União (DOU) (PORTAL GOV.br, 2020).

⁴ Reportagem de Érica Fraga, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, a partir do Estudo "Reabertura da economia e suas implicações para famílias com crianças", realizado pelas economistas Cecilia Machado, Luciana Rabelo e Maria Clara Varella (da EPGE/FGV), que se baseia em dados da Pnad Contínua anual de 2019 do IBGE.

chefiados por mulheres sozinhas, considerando as tendências reveladas pela pesquisa citada, com recorte nas periferias das grandes metrópoles brasileiras.

O frágil acesso aos serviços públicos, especialmente os de saúde, considerando a premente necessidade marcada pela pandemia, é outra face que atinge as crianças e famílias das camadas populares gonçalenses. De acordo com o (IBGE, 2017), a mortalidade infantil no município de São Gonçalo é de 12,75 óbitos por mil nascidos vivos. A esse dado, acrescenta-se a dura prospecção divulgada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2020) sobre os desdobramentos resultantes da pandemia da covid-19, que podem levar a um aumento da pobreza domiciliar em até 22% (NAÇÕES, 2020), até o fim deste ano de 2020, na América Latina. Sem considerar o agravamento da falta de acesso aos serviços essenciais, como cuidados com a saúde e imunização de rotina, fato que já está comprometendo centenas de milhões de crianças em todo o mundo, o que pode levar a um acréscimo significativo na mortalidade infantil entre crianças com até 5 anos de idade (UNICEF, 2020).

No tocante ao direito à educação das crianças pequenas, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2019, o município de São Gonçalo apresentava um total de 5.859 matrículas na Educação Infantil – crianças de 0 a 5 anos -, na rede pública municipal. A rede privada apresentava o total de 15.261 matrículas nesse mesmo segmento e ano (INEP, 2019). Ressalta-se que os dados de matrícula na Educação Infantil na rede pública municipal gonçalense estão distantes de atender à demanda de universalização da pré-escola (4 e 5 anos) e de ampliação da creche (0 a 3 anos), conforme estabelecido no Plano Municipal de Educação (PME) (SÃO GONÇALO, 2015), do município, para o decênio de 2015-2024.

O PME de São Gonçalo prevê, em sua meta 1:

Universalizar e garantir, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 70% (setenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o 3º (terceiro ano) do início da vigência deste PME, adequando as unidades existentes à padrões de infraestrutura para atender às características singulares da Educação Infantil (SÃO GONÇALO, 2015).

Em meio ao cenário descrito de insuficiência na garantia do direito à Educação Infantil e expansão de vulnerabilidades socioeconômicas às famílias e crianças das camadas populares gonçalenses, agravado pela pandemia e pelo isolamento social e, diante da atual conjuntura de fechamento das creches e pré-escolas, urge interrogarmos sobre as atuais astúcias e táticas (CERTEAU, 1994) da pequena infância

das classes populares, no município. Como estão vivendo essas crianças? Em quais condições ocorrem, ou não, o seu recolhimento social? E suas famílias, quais são as principais demandas e sentidos construídos por elas sobre a necessidade da garantia do direito à Educação Infantil aos seus filhos e filhas?

Com o fechamento das creches e pré-escolas em todo o território municipal, por meio dos Decretos Municipais n. 63 e 71/2020 (SÃO GONÇALO, 2020), artigos 13 e 2º, inciso IX, respectivamente, e o conseqüente recolhimento das crianças pequenas em suas próprias casas, as famílias menos favorecidas, especialmente as mães que precisam trabalhar fora de seus lares, podem estar sendo levadas a buscar recursos alternativos de cuidados para com seus filhos pequenos. Tais recursos, como deixar os filhos pequenos com vizinhos e/ou familiares, aumentando mais ainda a densidade de pessoas nos domicílios e a demanda por cuidados, de um modo geral, do ponto de vista da saúde pública, podem colocar em risco a integridade física das crianças, de seus familiares e das demais pessoas envolvidas nesse processo.

Com efeito, diante do atual imperativo de fechamento das creches e pré-escolas municipais, conveniadas e privadas, a probabilidade – ainda difícil de ser mensurada – de queda nas matrículas e até mesmo de fechamento/encerramento das atividades de algumas instituições privadas de pequeno porte que atendem às famílias e crianças de baixa renda gonçalense, é um horizonte a ser considerado. Tal probabilidade de fechamento/encerramento das atividades se daria pela impossibilidade de continuidade de pagamento, por parte das famílias mais atingidas economicamente pela pandemia, das mensalidades cobradas pelos serviços de cuidado e educação das crianças pequenas, ainda que a baixo custo, por parte das instituições privadas.

Esse cenário aponta para um possível e gradual aumento no atendimento educacional não-formal à pequena infância das periferias gonçalenses, devido à continuidade da necessidade, por parte de algumas famílias, de educação e cuidado de suas crianças pequenas de modo compartilhado com terceiros. O atual estágio de retomada gradual da economia, portanto, conforme ressaltam Cecilia Machado *et al.* (apud FRAGA, 2020, s/p), requer o reconhecimento da “relevância da educação para qualquer análise dos efeitos da reabertura” das atividades econômicas. Em São Gonçalo, observa-se o retorno gradual de alguns setores da cadeia produtiva, principalmente no setor de serviços e do comércio, porém, as unidades escolares, assim como as creches e pré-escolas, tanto as da rede pública quanto as da rede privada, permanecem fechadas, sem nenhuma condição técnica e ou sanitária de abertura.

Via de regra, um aspecto expressivo que caracteriza historicamente a oferta de Educação Infantil no município de São Gonçalo é a existência de creches domiciliares e/ou de serviços de "mães crecheiras" (DELGADO, 2003), configurando um viés não-formal de atendimento educacional às crianças pequenas, diante da escassez de creches e pré-escolas públicas que garantam o direito educacional a essa parcela da população gonçalense, especialmente as crianças de 0 a 3 anos. Embora os estudos de Delgado tenham sido realizados em 2003, ainda hoje é possível observar anúncios nos bairros do município divulgando serviços de atendimento domiciliar - educacional e assistencial - às crianças mais pobres e de favelas e bairros periféricos da cidade. Como já destacamos, o atendimento educacional não-formal à pequena infância gonçalense pode ter se intensificado durante a pandemia, mediante o fechamento, ainda que temporário, das creches e pré-escolas no território municipal.

O cenário apresentado, com variáveis possivelmente ainda pouco conhecidas, quando olhado de modo crítico e atento, nos permite (re)conhecer a precarização sob a qual essas famílias e crianças estão vivenciando o atual cenário pandêmico da covid-19. Neste tempo de incertezas e fragilidades, continuamos em diálogo com a pergunta de Santos (2020) que nos instiga a pensar "que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus?", assinalando a importância de visibilizarmos as condições econômicas, educacionais, sociais, históricas e políticas, que circunscrevem a vida cotidiana das crianças pequenas com as quais trabalhamos nas periferias gonçalenses.

COMO CHEGAR ÀS CRIANÇAS EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL? LIMITES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DA PEQUENA INFÂNCIA EM TEMPOS DE QUARENTENA

Atentas aos múltiplos discursos estruturados sobre a precarização das condições materiais, objetivas e subjetivas nas quais as diferentes infâncias concretamente se realizam, nos questionamos: é possível este cenário pandêmico apontar outros modos de pensar as infâncias e a educação das crianças pequenas? Interessadas em afirmar um compromisso epistêmico, intelectual e político com essas crianças, nos defrontamos com o desafio de aprofundar a análise da situação das infâncias gonçalenses e da Educação Infantil, diante da pandemia da covid-19.

Falamos em infâncias, diante da existência de uma pluralidade de realidades em movimento e em confronto. As crianças produzem as tramas cotidianas nos espaços-tempos de suas geografias existenciais, por isso, precisam ser compreendidas em seus contextos sociais e culturais. As crianças são marcadas interseccionalmente por suas

dimensões de classe, etnia, nacionalidade, gênero e classe social, ou seja, por diversos fatores políticos, econômicos, culturais, geográficos e sociais, que nos impedem de pensá-las no singular.

As diferentes experiências de infância, suas formas de viver e resistir nestes tempos estão a interrogar a Educação Infantil. Que pedagogias outras construiremos para experimentarmos, com as crianças, esse tempo de recolhimento social, como tempo também de produção de conhecimento? Se foram radicalmente alterados os modos e as formas de nos relacionarmos com as crianças e suas famílias, como (re)pensarmos a educação da pequena infância? Como a Educação Infantil está se fazendo presente em tempos de suspensão do cotidiano de creches e pré-escolas?

Ao se depararem com um cenário de dúvidas e desafios, diante da necessidade de isolamento social, as instituições de educação e cuidado das crianças pequenas lançaram mão de diferentes estratégias para manter algum tipo de vínculo e reaproximação com as crianças e suas famílias, ainda que nos limites das tecnologias e por meio das redes sociais. A Portaria da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), de São Gonçalo, n. 57/2020, publicada em 31 de março de 2020 na imprensa oficial do município, a partir do diálogo com o Conselho Nacional de Educação (CNE) prevê que as "Unidades de Ensino da Rede Privada que atendem a Educação Infantil e toda a Rede Pública Municipal de Ensino", inclusive as instituições que ofertam a Educação Infantil, poderão "preparar 'atividades pedagógicas para os alunos' que estão em casa" e que, estas, "estejam disponibilizadas nas mídias digitais" (SÃO GONÇALO, 2020).

Ressaltamos, neste debate, a necessidade de reconhecermos as especificidades e singularidades do fazer pedagógico em creches e pré-escolas, da relação que construímos e desejamos construir na Educação Infantil, cuja riqueza se estrutura no olhar atento às crianças, em sua diversidade. Além disso, é importante levar em conta, mesmo no contexto da pandemia, os princípios orientadores da Educação Infantil (BRASIL, 2009), que se afastam de enfoques que automatizam e escolarizam as práticas pedagógicas e, muitas vezes, tentam homogeneizar e padronizar as infâncias, conformando as crianças em alunos, numa perspectiva instrumental e escolarizante.

Logo, garantir que a Educação Infantil seja vivida como contexto de vida coletiva e as crianças não mais pensadas como alunos, mas como crianças - coletivos infantis - (FARIA, 2002), pode revelar o modo como nos relacionamos e atribuímos sentidos a esse lugar, sentidos aos sujeitos que ali habitam (MACEDO, 2020).

A proposição expressa na referida Portaria, em princípio, sofreu resistências por parte dos profissionais da educação, especialmente da maioria das professoras que

trabalham com a Educação Infantil nas creches e pré-escolas da rede pública municipal de São Gonçalo. Entretanto, com o avanço do tempo de fechamento das Unidades, o que temos acompanhado é que tem havido certa inflexão às suas determinações. Algumas Unidades, respeitada sua autonomia, passaram a se dedicar à elaboração de estratégias, visando à continuidade dos vínculos com as crianças e suas famílias. No caso da Educação Infantil, algumas unidades estão disponibilizando atividades nas redes sociais - em suas páginas de facebook e grupos de whatsapp, criados com a inserção das famílias e das crianças. Vale ressaltar que tal iniciativa não conta com qualquer política institucional, por parte da Prefeitura do município, voltada às escolas, nem às famílias e/ou às crianças, no sentido de buscar oferecer apoio técnico e/ou tecnológico.

Nesse ínterim, complexificamos o agravante das diferentes condições de acesso aos recursos tecnológicos, sobretudo para as crianças e famílias das camadas populares gonçalenses. Para muitas, o telefone celular é o único meio de acesso à internet, refletindo o percentual de 61% e 85%, nas classes C e D, respectivamente, segundo dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2018). E, ainda, segundo dados da ANATEL 55% dos acessos móveis do país são pré-pagos. E sabe-se que boa parte dos usuários pós-pagos são clientes de "controle", ou seja, pagam uma taxa fixa mensal, mas que têm um limite, em geral, bastante restrito de tráfego de dados.

Nesse contexto, faz-se necessário pensar em como estão as crianças com as quais trabalhamos, desprovidas, em muitos casos, de condições objetivas materiais, com seus familiares desempregados e comprometidos em suas rendas, sofrendo os impactos de retração da economia, decorrente da pandemia. A maioria das crianças gonçalenses não dispõe de internet, celulares, *tablets*, notebooks e muito menos computadores. No Brasil, apenas 9% dos domicílios da classe D contam com este último dispositivo (CGI.br, 2018).

Nosso(a)s aluno(a)s, filho(a)s de empregadas domésticas, motoristas de Uber, pedreiros, faxineiras, diaristas, cozinheiras, vendedores de hambúrgueres e cachorro-quente, salgadeiras, manicures e de toda a sorte de subempregos que a reforma trabalhista e o capitalismo chamam de empreendedorismo, precisam sobreviver. E a luta não é só contra a covid-19, mas é também contra a fome e o despejo por não conseguir pagar o aluguel. [...] [contra] o corte de energia, água, luz e gás (FARAGE, 2020 s/p).

Além das apreensões relativas às condições concretas de existência, as crianças das periferias urbanas fluminenses, como é o caso das crianças gonçalenses, estão expostas aos riscos da violência policial, mesmo no período da pandemia, isto porque, nas palavras de Farage (2020, s/p), "nas favelas, as incursões policiais e as guerras

entre facções rivais, apesar de terem diminuído, continuam”. Esses agravantes, tais como a incursão policial que ceifou a vida de João Pedro em São Gonçalo, reafirmam a necessidade de construção de um conhecimento efetivamente inclinado para a (re)descoberta do papel social e político das escolas da pequena infância, em meio ao evidente ineditismo causado pela covid-19.

Enquanto professoras e pesquisadoras⁵, somos contrárias à discussão em voga de produzir ações e processos visando à quantificação de horas e cargas didáticas, sedimentando um viés escolarizante mediado por atividades remotas, que substanciam um conjunto de produções que privilegiam uma imagem naturalizada, reificada e dominante de uma infância, “sem voz, sem vez”. E, em especial, por enxergarmos nessas ações medidas fragmentadas que rompem bruscamente com a reflexão coletiva, com o exercício afetivo do vínculo entre afeto e possibilidade, perseguido na partilha entre crianças e adultos, onde as interações assumem um caráter apressado, técnico e superficial.

Por isso, estamos em busca de um movimento contra-hegemônico aos fazeres pedagógicos atrelados a referenciais desenvolvimentistas que percebem a infância como o tempo de um período inicial de vida, padronizado em uma faixa etária específica, que precisa ser preenchido, antecipado, controlado. Desse modo, propomos, modestamente, a reinvenção de outras formas de pensar e viver esse tempo. Um caminho fecundo que podemos apontar é complexificarmos a direção que a educação da pequena infância vem trilhando para chegar até as infâncias e suas famílias (MACEDO, 2020).

A problematização dessas questões remete-nos à emergência de um cenário de inúmeros paradoxos e incertezas. Os novos contextos parecem nos desorientar e dificultar o olhar, e nos convoca a rever os referenciais teóricos, éticos, pedagógicos com os quais a educação das crianças pequenas construiu o seu pensar e compreender as infâncias (ARROYO, 2018). Trata-se de buscar aproximações numa relação fundante com a concepção ontológica de criança – criativa, competente e atuante – em sua heterogeneidade e diferença que afeta nossas formas de ouvi-la e de agir com o que ela produz em suas experiências cotidianas, sobretudo nas suas práticas espaciais nos territórios da cidade (TAVARES, 2019).

⁵ Fazemos parte do Grupo de Estudos e Pesquisa das Infâncias, Formação de Professores(as) e Diversidade Cultural (GIFORDIC), constituído desde 2011, que vem tendo como objetivo investigar a(s) infância(s) contemporânea(s), principalmente as infâncias que são usuárias dos equipamentos coletivos de Educação Infantil, inseridos em redes educacionais públicas e/ou comunitárias.

Em nossos estudos e pesquisas com a pequena infância, perseguimos escutar sensivelmente (BARBIER, 1992; ROCHA, 2008; RINALDI, 2012) as crianças em suas diferentes linguagens. Em nossas investigações, compreendemos que os diferentes saberes das crianças, suas formas inventivas de agir e de se relacionar com seus pares, trazem a mobilização de outras epistemes, que articulam outras possibilidades para a educação das infâncias. Ao reconhecer as crianças como sujeitos ativos e incluí-las em processos que lhes dizem respeito, na busca pela legitimação de sua autoria, podemos incorporar uma postura interrogante aos limites estruturais, que se materializam em padrões de poder que tendem a perseguir a colonização de tempos, espaços, rotinas e saberes (SANTOS *et al.*, 2018).

Enfrentar os desafios atuais, os limites das lógicas universalizantes e generalizáveis torna-se um princípio político fundamental, no qual a vigilância epistêmica e o reconhecimento da alteridade como fundamento da educação das crianças pequenas fazem-se um horizonte inadiável. É preciso conceber, de antemão, que as crianças não podem ser meramente integradas, apropriadas ou reconhecidas a partir dos nossos pontos de vistas. O desafio já nos foi lançado: receber os que nascem, em sua alteridade radical.

A criança “estrangeira” que nos convida a nos maravilharmos com elas, suas produções, suas transgressões e também a nos inspirar para recriarmos nossas percepções e possibilidades de transformação desta realidade social determinada e perversa, onde a criança e suas infâncias estão sempre ameaçadas a perderem-se na lógica do formal, do vir a ser. Investigamos a “criança como estrangeira”, não como alguém que é de fora, desconhecida, mas como alguém que nos instiga a sair do lugar comum e a conhecer outros lugares, atravessar fronteiras (FINCO, 2013, p. 224).

Receber os recém-chegados (ARENDDT, 2000) é propormos o não pensado - a tomada da palavra pelas crianças, ouvindo-as de fato, as suas vozes dissonantes que movem o dissenso, o que seria “não dar voz às crianças, fazê-las falar com a nossa voz, mas darmos ouvidos àquilo que estão dizendo” (GALLO, 2010, p. 120). Escutar implica em abrir-se a relações de alteridade, num esforço de se vincular ao outro de forma respeitosa e responsável, um exercício ético e provocador que mobiliza a abertura para a diferença que o outro nos traz. “Busca-se nessa *escuta* confrontar, conhecer um ponto de vista diferente daquele que nós seríamos capazes de ver e analisar, no âmbito do mundo social de pertença dos adultos” (ROCHA, 2008, p. 46).

Trazendo a *dúvida como método* (GARCIA, 2009), continuamos a perguntar: o que as crianças nos falam desse tempo? O que as afetam? Quais são suas expectativas? Como têm vivido com suas famílias? Quais são seus anseios, medos, aflições e desejos?

Que sentidos e significados têm as crianças sobre as suas experiências neste cenário pandêmico?

O que as crianças falam pode subsidiar ações a seu favor e contribuir para mudanças que as beneficiem, porque o seu ponto de vista traz elementos que fortalecem pessoas e entidades preocupadas com os interesses das crianças e que desenvolvem ações para construir melhores condições para que a criança viva a sua infância (CRUZ, 2008, p. 14).

Trazer as crianças para o diálogo na procura de captar e compreender seus pontos de vista, como informantes privilegiadas sobre o tempo inédito que as afeta, aspectos que lhes dizem respeito e produzem sentidos a elas, é ter como premissa que “a fala da criança é uma inversão nos processos de subalternização, é um movimento político” (ABRAMOWICZ, 2011, p. 24).

Neste sentido, chegar às crianças é um movimento como quem busca em si, nas crianças, com as crianças, a própria força e resistência de interrogar os preceitos hegemônicos de saberes tidos como universais.

Reparem. Chegar, não chegada. Chegar como movimento de quem se desloca, caminha, na tentativa de aproximar-se, conhecer, perceber [...] Chegar é desejo, mas também é luta, disputa e desafio. Chegar é verbo, e se propôs a ser caminho. Caminho de conhecimento, movido pela nossa curiosidade epistêmica (FREIRE, 1996) implicada numa postura ética e política de agir e intervir no mundo (MACEDO, 2020, p. 91).

Por compreendermos que, se há a busca de reinventarmos nossas práticas pedagógicas com as crianças, de vivermos os desafios desse tempo, enfrentando os limites e possibilidades, repensando as relações tecidas com elas, suas perspectivas e dilemas, acreditamos que é no agir inventivo e desbravador da criança que podemos encontrar caminhos. É no estranhamento do olhar da infância para o que ainda é visto como *dado* que devemos procurar.

Assim chegar às crianças nesses tempos de pandemia, talvez, implique arriscar-nos a buscar nas oportunidades que se produzem, a possibilidade do escutá-las, mesmo que os novos contextos nos fixem em lugares distantes e diferenciados. Em diálogo com Certeau (1994), acreditamos que as crianças produzem *táticas* de que podem se valer para driblar as circunstâncias do vivido e operar golpe por golpe, lance por lance, mobilidades criativas para “captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante e [...] estar onde ninguém espera” (CERTEAU, 1994, p. 100).

A pandemia do Coronavírus talvez tenha instaurado um tempo de suspensão, de abertura de outras possibilidades de reflexão para compreender e problematizar as especificidades do que significa a educação das crianças pequenas. Para tanto, é necessário reafirmar a proposição de uma pedagogia da infância afastada de enfoques

preparatórios e escolarizantes, articulada aos princípios éticos, estéticos e políticos. Uma pedagogia da infância que se permita dialogar com eixos estruturantes das práticas pedagógicas, as brincadeiras e interações, concebendo e respeitando as diferentes dimensões das infâncias em seus complexos e desiguais contextos, reafirmando os direitos das crianças, bem como preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009).

Este diálogo pode nos tocar em vários aspectos, nos exigindo reflexão e uma postura atenta que potencialize as diferenças, as relações, o diálogo, as negociações, contemplando as necessidades da educação da pequena infância. Trata-se de adentrar na possibilidade oferecida pelo aqui e agora, sem perder de vista as armadilhas dos processos violentos de reafirmar modelos estereotipados, limitantes e seus desdobramentos, junto às crianças e suas famílias.

Talvez, para isso, seja necessário aprender outras possibilidades de ser e estar no mundo, um movimento que envolve a todos na construção de horizontes possíveis e inadiáveis, onde crianças, famílias, creches e pré-escolas iniciem um protagonismo vivido na perspectiva ensaística, e não apenas no campo do já dado. Esses tempos pandêmicos, com seus paradoxos, tem nos levado a pensar que a incerteza e imprevisibilidade, até então tratadas como formas provisórias de organização da vida, talvez passem a construir outros modos de nos posicionarmos no mundo, de organizarmos nossas relações com o tempo, com o espaço, com a vida cotidiana, de modo mais amplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas pesquisas no campo da Educação Infantil, em São Gonçalo (PESSANHA, 2017; TAVARES, 2019), vimos recorrendo às contribuições de Santos (1994), cujo trabalho político-epistêmico e político-metodológico toma a perspectiva do *lugar* como espaço por onde se engendram ações e diferentes relações de força que dinamizam e produzem dinâmicas sociais no território. Em sua formulação teórica sobre a epistemologia existencial, nos instiga a realizar o exercício de estudar o que cada lugar tem de singular, de específico, de diferente e original, para compreendermos como os sujeitos agem e produzem modos de vida, relações e práticas sociais, dentre as quais o direito à educação na cidade.

Os dados elencados na primeira parte do presente artigo mostram que o crescimento da vulnerabilidade social já é recorrente nas periferias urbanas e favelas

de São Gonçalo. São inúmeras famílias pauperizadas pelo aumento do desemprego, queda da renda, insegurança alimentar e muito temor da infecção pelo coronavírus e da letalidade do vírus. Grande parte dessas famílias são matrifocais, isto é, famílias chefiadas por mulheres, não diferindo dos dados nacionais, que apontam que cerca de 50% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres (IBGE, 2020).

Os impactos da covid-19 na vida dessas famílias, sobretudo pelo longo período de isolamento social, agravado pelo fechamento das creches e pré-escolas, trazem para muitas famílias, além da insegurança alimentar, dentre outras vulnerabilidades, a falta de um lugar para as crianças. Com efeito, é fundamental ressaltar que, na sociedade em que estamos inseridos, as crianças circulam na casa de avós, madrinhas, parentes e na própria vizinhança, sobretudo crianças das camadas populares, por inúmeras motivações. Com o coronavírus e a necessidade de se permanecer em casa, esses *territórios de acolhimento* se tornaram proibidos. Sem esses territórios de circulação e sem creches e pré-escolas abertas, com a vulnerabilidade social aumentando, a vida das crianças pequenas se torna frágil, precarizada.

O breve panorama apresentado, com recorte nas famílias e crianças das camadas populares gonçalenses, ainda que com muitas variáveis a serem investigadas, nos fornece elementos vigorosos para colocar em diálogo as condições em que essas famílias e crianças estão vivenciando a atual crise provocada pela covid-19. Esse cenário é trazido como pano de fundo para o debate proposto sobre as atuais condições e circunstâncias de construção da educação da pequena infância, mediante a suspensão do cotidiano das creches e pré-escolas e o consequente isolamento de suas experiências educativas nos espaços privados de suas famílias.

No bojo da discussão sobre a entrada das atividades remotas na educação das crianças pequenas, ressaltamos o agravante de uma possível descaracterização das concepções epistêmicas e pedagógicas que fundamentam o trabalho na Educação Infantil. Perguntamo-nos, então, de que forma, e se, o uso das tecnologias pode contribuir para a educação das crianças pequenas, sem descaracterizar as bases e princípios da Educação Infantil. Como, então, as creches e pré-escolas se farão presentes nesse cenário pandêmico, sem desejar institucionalizar o espaço privado das famílias ou reafirmar arranjos emergenciais que ferem princípios democráticos da nossa sociedade diversa e plural?

Com efeito, não podemos subestimar as limitações, principalmente, socioafetivas, inerentes ao uso de aparatos tecnológicos de contatos virtuais que, embora possibilitem certa reaproximação, despotencializam as trocas nas relações

presenciais entre criança-criança e criança-adulto, comprometendo alguns dos principais fundamentos da educação da pequena infância, que são as interações e as brincadeiras, conforme destacam as DCNEI (BRASIL, 2009). Tais aparatos tecnológicos podem até promover certa interação entre as crianças entre si e entre as crianças e os adultos, porém, não atendem plenamente aos princípios da Educação Infantil como contexto de vida coletiva, além de evidenciarem lacunas referentes às condições heterogêneas de acesso a essas plataformas virtuais, ampliando as desigualdades sociais.

Nesse caminho, reafirmamos a pertinência de retomarmos a pergunta feita por Santos (2020): “Que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus?” atentando, principalmente, para as possibilidades de construção de novas conjecturas, favoráveis à educação e ao cuidado das crianças pequenas gongalenses. Enfatizamos a importância de buscarmos aprofundar nossos conhecimentos sobre a pluralidade das infâncias e as especificidades da Educação Infantil, levando em consideração diferentes questões pedagógicas, sociais, culturais, históricas e econômicas que circunscrevem o campo do direito à educação das crianças pequenas e de suas famílias.

Para tanto, procuramos reunir reflexões, dados e indicadores que, no nosso entendimento, podem contribuir para a abertura de novas janelas e para a construção de “potenciais conhecimentos”, a partir das provocações que a covid-19 está a imprimir às creches e pré-escolas, às famílias e às crianças, de uma maneira ainda muito complexa e de difícil apreensão, em especial pela conjuntura do isolamento social que, na condição de professoras e pesquisadoras, estamos a vivenciar.

Neste esforço de elaboração de uma síntese, mesmo que inconclusiva, ressaltamos uma questão que, longe de ser uma obviedade, configura-se como um desafio fundamental para as creches e pré-escolas brasileiras, em especial no Brasil pós pandemia da covid-19: torna-se importante (re)pensar e (re)discutir o papel político e social da educação da pequena infância, dos espaços coletivos de educação e cuidado de crianças pequenas. Para tanto, é primordial acolher as crianças e famílias, como autoras de epistemes potentes em articular outros modos de pensar e construir a Educação Infantil.

Acolher os recém-chegados (ARENDR, 2000), em sua dimensão alteritária, ética responsável e dialógica, nos permite pensar na construção inventiva de modos outros de escutar e negociar com os diferentes sujeitos, formas de lidar com seus medos, incertezas e angústias. Tais investidas complexificam o movimento que creches e pré-escolas trilharão para chegar até as diferentes crianças e suas famílias, notadamente

nesse cenário pandêmico. Trata-se de apontar para a potência do estabelecimento de vínculos, na construção de encontros, partilha de reflexões, diante de tantos desafios, e de pensar a vida como possibilidade do ainda por vir, como nos provoca Bloch (2005).

Com efeito, diante do cenário pandêmico que levou ao fechamento de creches e pré-escolas, e partindo do princípio da *dúvida como método*, como nos ensina Garcia (2009), acreditamos que o trabalho do/a pesquisador/a seja o de oferecer possibilidades de compreender e intervir na realidade social. Problematizar os impactos da pandemia na vida de crianças pequenas e famílias das camadas populares gongalenses nos remete ao desafio de continuar a investigar que potenciais conhecimentos decorrentes da pandemia podem mobilizar reflexões e práticas favoráveis à educação e ao cuidado das referidas crianças e suas famílias. Nesse sentido, enquanto professoras e pesquisadoras compromissadas com a pequena infância, insistimos em desenvolver ações de diálogo e de parceria com docentes da educação infantil local, potencializando oportunidades de materialização de processos formativos indissociáveis de um projeto de sociedade ética e politicamente comprometido.

Compreendemos ser cada vez mais auspicioso e estratégico, tanto política, quanto epistemicamente, conhecer e dialogar com processos educativos produzidos pelas forças vivas nos territórios, interrogando-as, aprendendo com elas na perspectiva do enfrentamento das desigualdades sociais. Nesses tempos tão sombrios em São Gonçalo, no Brasil e no mundo, compreendemos ser urgente produzir estudos sobre o campo das infâncias e da Educação Infantil, em sentido ampliado, revigorando nossos *quefazeres* em tempos de pandemia e de transformações sociais profundas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; FINCO, Daniela (org.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **O Avesso das Coisas**: Aforismos. São Paulo: Record, 1985.

ARENDDT, Hannah. A crise na educação. In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução: Mauro W. Barbosa de Almeida. 3. reimp., 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ARROYO, Miguel. Descolonizar o paradigma colonizador da infância. In: SANTOS, Solange Estanislau; SANTIAGO, Flávio; BARREIRO, Alex; MACEDO, Elina; FARIA, Ana

Lúcia Goulart. (org.). **Pedagogias descolonizadoras e infâncias**: Por uma educação emancipatória desde o nascimento. Maceió: EDUFAL, 2018.

BARBIER, René. A escuta sensível em educação. **Revista Anped**, Caxambu, n.5, p.187-216, 1992.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. (Obras escolhidas, v.1) 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005.

BRASIL. Governo Federal. **Agência Nacional de Telecomunicações**. 2020. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/institucional/>. Acesso: 20 jul. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional De Educação. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso: 11 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental (2009). **Diretrizes curriculares nacionais para a educação Infantil**. Brasília, MEC/SEF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf . Acesso: 11 jul. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1-Artes do Fazer. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CGI.br. **Comitê Gestor da Internet no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://cgi.br/pagina/decretos/108/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

COSTA, Larissa. Trabalhadores têm auxílio emergencial negado mesmo atendendo todos os requisitos. **Brasil de Fato**, Minas Gerais, 7. jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/07/mesmo-atendendo-requisitos-trabalhadores-tem-auxilio-emergencial-negado>. Acesso em: 20 de jul./2020.

CRUZ, Sílvia Helena Vieira. Apresentação. In: CRUZ, Sílvia Helena Vieira. (org.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008. p.12-31.

DELGADO, Ana Cristina Coll. **Toma-se conta de crianças**: os significados do trabalho e o cotidiano de uma creche domiciliar. 2003. (Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

FARAGE, Eblin. **Para quem serve o Ensino a Distância em tempos de pandemia?** 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/15/para-quem-serve-o-ensino-a-distancia-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso: 06 jul. 2020.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação Pré-Escolar e Cultura**: para uma pedagogia da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2002.

FINCO, Daniela. Encontro com as diferenças na Educação Infantil: meninos e meninas nas fronteiras de gênero. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, v.31, n.61, nov. 2013.

FONSECA, Claudia. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Revista Psicologia USP**, v. 13, n.2, p.49-68, 2002.

FRAGA, Érica. Reabertura da economia sem aula presencial pode elevar desigualdade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1. jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/reabertura-da-economia-sem-aula-presencial-pode-elevar-desigualdade.shtml?origin=folha>. Acesso em: 05 de jul./2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLO, Silvio. Infância e poder: algumas interrogações à escola. In: KOHAN, Walter Omar (org.) **Devir-criança da filosofia**: Infância da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GARCIA, Regina Leite. (org.). **A Formação da Professora Alfabetizadora**: Reflexões sobre a prática. São Paulo: Cortez, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MACEDO, Nayara Alves. **“Tá tudo aqui, o achado e o sumido”**. Caminhos de um percurso de investigação com crianças numa escola das infâncias em Niterói/RJ. Dissertação (Mestrado em Educação – Processos formativos e desigualdades sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Número de crianças vivendo na pobreza deve subir 15% no mundo até o fim do ano**. 29 maio 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-faz-apelo-para-atender-as-crescentes-necessidades-de-criancas-afetadas-pela-covid-19>. Acesso: 20 de jun./2020.

O SÃO GONÇALO. **SG registra mais oito mortes por Covid-19 nesta sexta-feira (10)**. 10 jul. 2020. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/84819/sg-registra-mais-oito-mortes-por-covid-19-nesta-sexta-feira-10>. Acesso em: 11 jul. 2020.

O SÃO GONÇALO. **Reprodução simulada de operação que resultou na morte de João Pedro será na próxima semana**. 3 jun. 2020. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/seguranca-publica/83209/reproducao-simulada-de-operacao-que-resultou-na-morte-de-joao-pedro-sera-na-proxima-semana>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PESSANHA, Fabiana. **Sentidos de cidadania a partir do direito à Educação Infantil**: com a palavra, os familiares das crianças. 2017. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017.

PORTAL GOV.BR. **Governo anuncia a prorrogação do Auxílio Emergencial por dois meses**. 30 jun. 2020. Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/06/governo-anuncia-a-prorrogacao-do-auxilio-emergencial-por-dois-meses>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emília**: Escutar, investigar e aprender. Tradução: Vânia Cury. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

RIO DE JANEIRO. Governo do Rio de Janeiro. **Painel corona vírus – covid-19**. 2020. Disponível em: <http://painel.saude.rj.gov.br/monitoramento/covid19.html#>. Acesso em: 31 jul. 2020.

ROCHA, Eloisa. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira. (org.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SÃO GONÇALO. Lei Municipal n. 658/15, de 07 de dezembro de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2024; São Gonçalo, **Diário Oficial Eletrônico (DOE)**, 09 dez. 2015.

SÃO GONÇALO. Decreto PMSG nº 063/2020, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do poder executivo municipal, além de medidas complementares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e dá outras providências. São Gonçalo, **Diário Oficial Eletrônico (DOE)**, 16 mar.2020, p. 1.

SÃO GONÇALO. Decreto PMSG nº 071/2020, de 20 de março de 2020. Adota novas medidas para enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências. São Gonçalo, **Diário Oficial Eletrônico (DOE)**, 20 mar.2020, p. 12-13.

SÃO GONÇALO. Portaria SEMED nº 057/2020, de 30 de março de 2020. Dispõe sobre orientações para as unidades de ensino das redes pública municipal e privada do sistema municipal de ensino de São Gonçalo, no período de medidas de isolamento social previstas pelas autoridades municipais na prevenção e combate ao coronavírus – Covid-19. São Gonçalo, **Diário Oficial Eletrônico (DOE)**, 31 mar.2020, p. 1.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Pensando a formação de professores das infâncias a contrapelo: Desafios contemporâneos da formação de docentes em periferias urbanas. In: MARTINS, Denise Aquino; CARRIJO, Menissa Bessa; ROLIM, Carmem Lucia (org.).

Singularidades e resistências na Formação de Professores: novos e velhos enfrentamentos. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

TONUCCI FILHO, João; PATRICIO, Pedro Araújo; BASTOS, Camila. **Nota Técnica (NT) – desafios e propostas para enfrentamento da COVID-19 nas periferias urbanas:** análise das condições habitacionais e sanitárias dos domicílios urbanos no Brasil e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2020.

UNICEF. **UNICEF faz apelo para arrecadar US\$ 1,6 bilhão para atender às crescentes necessidades de crianças afetadas pela pandemia de Covid-19.** 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-faz-apelo-para-atender-as-crescentes-necessidades-de-criancas-afetadas-pela-covid-19>. Acesso: 20 de jun. 2020.

NOTAS

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO GONÇALO/RJ
Impacts of covid-19 pandemic on childhood education in São Gonçalo/RJ

Maria Tereza Goudard Tavares

Pós-Doutora em Educação
Professora Associada
Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
São Gonçalo, Brasil
mtgtavares@yahoo.com
<https://orcid.org/0000-0002-9856-5098>

Fabiana Nery de Lima Pessanha

Doutoranda em Educação
Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
São Gonçalo, Brasil
pessanhafabi@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3523-4950>

Nayara Alves Macedo

Mestre em Educação
Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
São Gonçalo, Brasil
nayara_macedo@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-7700-2387>

Endereço de correspondência do principal autor

Rua General Azevedo Pimentel, Nº 06, Apto 203, Copacabana, Rio de Janeiro, CEP.: 22.011.050, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Grupo de Estudos e Pesquisa das Infâncias, Formação de Professores(as) e Diversidade Cultural (GIFORDIC) pela contribuição com seus diálogos e pesquisas.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Todos os autores contribuíram substancialmente.

Coleta de dados: Todos os autores contribuíram substancialmente.

Análise de dados: Todos os autores contribuíram substancialmente.

Discussão dos resultados: Todos os autores contribuíram substancialmente.

Revisão e aprovação: Todos os autores contribuíram substancialmente.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 04-01-2021 – Aprovado em: 12-01-2021